

**A QUERELA GRAMATICAL ENTRE ARTE VELHA
E ARTE NOVA EM PORTUGAL E O PENSAMENTO
LINGUÍSTICO DE ANCHIETA**

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

Este trabalho analisa a querela gramatical entre a arte velha e a arte nova (Tannus, 2007) no contexto da tradição gramatical portuguesa quinhentista e a sua repercussão no pensamento linguístico de José de Anchieta (1534–1597). Parte-se do pressuposto de que a gramática de Anchieta, a Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595) não pode ser compreendida apenas como descrição de uma língua indígena, mas como produto de um cânone europeu que opunha modelos pedagógicos latinos de diferentes filiações, isto é, é uma obra vinculada à “arte nova”. Através dos pressupostos da Historiografia Linguística, investigam-se os elementos da tradição gramatical donatista e da inovação erasmiana presentes na gramática de Anchieta, observando-se também a influência da Gramática de Nebrija (1492), marco da arte nova. A análise filológica permite evidenciar o papel de Anchieta na adaptação de categorias gramaticais europeias à língua tupinambá, revelando uma dimensão teórico-metodológica que dialoga com o humanismo renascentista português e a política missionária na América portuguesa quinhentista.

Palavras-chave:

Anchieta. Gramaticografia. Humanismo renascentista.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse la querelle grammaticale entre l'« arte velha » et l'« arte nova » (Tannus, 2007) dans le contexte de la tradition grammaticale portugaise du XVI^e siècle et sa répercussion sur la pensée linguistique de José de Anchieta (1534–1597). Il part du postulat que la grammaire d'Anchieta, l'Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595), ne peut être comprise uniquement comme une description d'une langue indigène, mais comme le produit d'un canon européen opposant des modèles pédagogiques latins de différentes filiations ; autrement dit, il s'agit d'une œuvre rattachée à l'« arte nova ». À partir des principes de l'Historiographie linguistique, on examine les éléments de la tradition grammaticale donatiste et de l'innovation érasmiennne présents dans la grammaire d'Anchieta, tout en observant l'influence de la Gramática de Nebrija (1492), jalon de l'« arte nova ». L'analyse philologique met en évidence le rôle d'Anchieta dans l'adaptation des catégories grammaticales européennes à la langue tupinambá, révélant une dimension théorique-méthodologique qui dialogue avec l'humanisme renaissant portugais et la politique missionnaire dans l'Amérique portugaise du XVI^e siècle.

Mots-clés:

Anchieta. Grammatization. Renaissance humanisme.

1. Introdução

Segundo Swiggers (2013; 2019), a primeira tarefa do historiógrafo da Linguística é: “a tarefa construtiva (elaboração de um modelo historiográfico e construção de uma linguagem historiográfica)” (Swiggers, 2013, p. 40). Assim, é mister para o pesquisador que desenvolve uma narrativa historiográfica que reconstitui o ideário linguístico de um determinado autor e obra elaborar um modelo de análise assim como uma linguagem específica para essa análise. Esse processo deriva da observação do objeto investigado, isto é, da sua “imanência” (Koerner, 2014).

Ronaldo Batista descreve que esse processo, que originou a Historiografia Linguística, deriva de uma virada epistemológica na década dos anos de 1970, em que a corrente francesa da “nova história” se desenvolveu:

Essa é uma primeira observação importante, pois já delineia uma cautela a respeito de uma influência direta como se poderia apontar. De qualquer modo, os novos temas e novos métodos históricos a partir do final da primeira metade do século XX podem ter conduzido autores para uma reflexão mais atenta sobre a história do conhecimento linguístico, o sentido de pressupostos teóricos e orientações metodológicas, que de fato distinguiriam a historiografia sobre a linguística feita a partir da década de 1960 e efetivamente institucionalizada na década de 1970. (Batista, 2019, p. 16)

As reflexões contidas no artigo em questão buscam atender a este item proposto por Swiggers (2019), sobretudo ao se analisar como objeto de estudos a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1595), pedra angular da gramaticografia brasileira que marca a chegada da metalinguagem ao território do Brasil. O texto de Anchieta, dada a sua singularidade como documento metalinguístico, apresenta um grau de dificuldade elevado em sua interpretação e compreensão, de acordo com os parâmetros dos Estudos de Linguagem contemporâneos, se comparado a outras fontes textuais mais recentes.

A gramática de Anchieta enquadra-se nos modelos teóricos descritos por Aurox (1992), como uma “gramática latina estendida” (*grammaire latine étendue*) e por Zwartjes (2011), como uma “gramática missionária” (*missionary grammar*), mas também pode ser categorizada como uma gramática humanística da “arte nova”, de acordo com a teoria desenvolvida em Portugal no contexto do humanismo renascentista português, como procuramos demonstrar (Tannus, 2007). Nesse sentido, mesmo em três abordagens diferentes, pode-se considerar o texto gramatical de Anchieta como uma obra singular no quadro da gramaticografia ocidental, o que a torna um documento único na história dos Estudos de Linguagem.

2. A gramática de Anchieta e a segunda revolução da gramatização

Segundo o debate teórico de Auroux (1992), na renomada obra *Revolução tecnológica da gramatização*, traduzida por Eni Orlandi, o texto gramatical de Anchieta situa-se na segunda onda de revolução tecnológica da gramatização, desenvolvida após a publicação das gramáticas de Nebrija, as *Introductines grammaticae* (1481) e a *Grammatica castella* (1492), principalmente esta última, que marcou a tradução da metalinguagem para as línguas românicas, um processo revolucionário na história do pensamento linguístico no contexto ocidental que é contínuo até os dias de hoje.

Porém, para compreendermos esse processo teórico e como se correlaciona com a gramática de Anchieta, escrita no Brasil do século XVI, convém salientarmos que houve antes uma grande revolução tecnológica da gramatização, em verdade, a primeira, segundo Auroux (1992), no contexto da Grécia antiga, no século V a.C., quando a tradição letrada, ou escrita, superou a oralidade. Nesse contexto específico, a obra de Homero passou a circular em versões escritas, o que levou à criação da tradição gramatical grega, a fim de normatizar os processos de escrita. Quando a escrita substituiu a oralidade, houve uma mudança na ecologia do contato de línguas, isto é, houve uma intermediação da prática letrada na transmissão linguística, o que afetou todo o contexto ocidental, quando a prática da escrita chegou à Roma antiga, no século I a.C., apogeu da primeira revolução tecnológica de gramatização, quando a gramática foi traduzida e adaptada do grego para o latim.

De certo modo, as duas revoluções de gramatização andaram lado a lado: adoção da escrita, tradução e adaptação da gramática, tendo seguido o seguinte fluxo: grego > latim > línguas românicas. Essas duas revoluções tecnológicas (Auroux, 1992) marcaram a história do pensamento linguístico no contexto ocidental, ainda que tenham distado alguns séculos entre si, do século V a.C. até 1492, com a publicação da gramática do castelhano de Nebrija. De certo modo, a gramática de Anchieta vincula-se a essas duas revoluções tecnológicas, que deram os meios para o gramático compreender e descrever a língua indígena, adaptando a escrita em língua portuguesa para a adoção na língua.

3. Os jesuítas e as duas revoluções de gramatização em um só contexto

Os jesuítas implantaram na América portuguesa as duas revoluções tecnológicas de gramatização ocidentais, a adoção da escrita e da gramática, em um só processo intercultural, durante a sua missão com os povos originários no território do Brasil, e a gramática de Anchieta foi esse instru-

mento inicial, que buscou trazer a língua tupinambá para uma modalidade escrita e relacionada a uma metalinguagem latino-portuguesa, isto é, o missionário jesuíta gramatizou a língua para que ela pudesse ser ensinada justamente para ser empregada na escrita, uma tarefa desenvolvida na educação infantil de crianças indígenas.

Cumprе notar que a língua tupinambá já era falada por europeus, e africanos, que participavam das navegações quinhentistas, já havia algumas décadas, antes da chegada dos jesuítas ao território em 1549, e de Anchieta, em 1553. A língua não era desconhecida de intérpretes e já estava em contato com as línguas europeias há mais de uma geração. Não é de todo impossível que um *pidgin* já tivesse sido desenvolvido para as práticas econômicas mercantis, o escambo de pau-brasil, e mesmo certo bilinguismo entre os intérpretes de ambos os lados, os indígenas e os europeus. Esse comércio, iniciado em 1500, já fazia parte da rotina no território da costa do Brasil, e a língua indígena apenas carecia de um registro escrito, o que foi desenvolvido pelos jesuítas, a partir da tecnologia da gramatização dos vernáculos introduzida por Nebrija (Auroux, 1992).

4. Como a gramática de Nebrija teve a sua recepção em Portugal?

No reino de Portugal, a obra de Nebrija teve uma larga recepção, graças em parte à proximidade fronteiriça com o reino de Castela que permitia um maior trânsito e circulação de saberes, graças em parte também pelo fato de muitos quadros administrativos do reino terem tido formação intelectual em centros como a Universidade de Salamanca, que promoviam a língua castelhana como língua de cultura. Como no *Tratado de Tordesilhas*, de 1494, coube à Portugal a colonização do território do Brasil, havia, de certo modo, um espelhamento entre a colonização e “conquista” desenvolvida por Castela com o reino luso nas Américas do século XVI.

Um episódio histórico que marca a recepção da obra de Nebrija em Portugal é a querela gramatical entre “arte velha” e “arte nova”, registrada no prólogo da gramática latina de Estevão Cavaleiro (c.1460–c.1518) (Tannus, 2007). Essa querela gramatical é interessante para se compreender a inserção de Portugal no contexto da segunda revolução da gramatização no contexto ocidental, tendo em vista que é relacionada à chegada da gramática de Nebrija e a sua recepção no meio intelectual europeu.

Há um relato sobre o emprego da rede de “usuários” da gramática de Nebrija, no “*Prologus*” (Prólogo) da obra *Noua grammatices marie matris dei virginis ars* (Nova arte de gramática, da Virgem Maria, Mãe de Deus), publicada em 1516, e mais especificamente como foi a recepção do gramáti-

co de Castela em Portugal. O mais interessante desse relato de Estevão Cavaleiro não é propriamente o emprego da gramática de Nebrija nas instituições portuguesas, mas o “embate de teorias” (Swiggers, 2019), que surgiu para o emprego da gramática que trazia inovações ao ensino. A querela ocorre no contexto da Universidade de Lisboa, antes de sua transferência para Coimbra, durante o reinado do rei D. João III, e envolve Estevão Cavaleiro e Pedro Rombo (?–1533), seu opositor na cátedra de latim da universidade.

Diz Tannus (2007):

A parte mais interessante dessa gramática, no que toca à história do humanismo, é o seu “*Prologus*”. Nele são implacavelmente acusados e condenados os seguidores do gramático espanhol do início do séc. XV, João de Pastrana. Por outro lado, o autor aponta aqueles que considera bons latinos, como Diogo Pacheco, Luís Teixeira, Francisco Cardoso e Cataldo, todos humanistas. Cavaleiro patenteia no seu “Prólogo” o horror à barbárie, que ele identifica com Pastrana e seus seguidores – alusão certamente entre outros a Pedro Rombo, seu opositor na Cátedra da Universidade. (Tannus, 2007, p. 16)

A querela gramatical dizia respeito ao embate de teorias entre a “arte velha”, de tendências medievais para o ensino de latim, baseada na escolástica, e a “arte nova”, de tendências renascentistas, em uma tradição gramatical já inspirada em Nebrija. Pedro Rombo era defensor do uso da gramática de Juan de Pastrana (fl. 1450), a *Grammatica Pastranae, Thesaurus pauperum sive Speculum Puerorum*, que editou em versão comentada em 1497, em Lisboa, pela tipografia régia de Valentim Fernandes.

A publicação da gramática de Estevão Cavaleiro vem, em seguida, na esteira da recepção da obra gramatical de Nebrija, conforme nota Tannus (2007):

Dessas querelas gramaticais entre os seguidores de Pastrana e os de, por exemplo, Nebrija, representando respectivamente os partidários da Arte Velha e da Arte Nova temos notícia através das Actas da Universidade de Lisboa. Fervilhavam como se vê as atividades culturais e se difundia a cada momento o amor às “*humaniores litterae*”. (Tannus, 2007, p. 17)

O embate de teorias se dá pela busca de uma atualização do modelo gramatical, inicialmente latino, tendo em vista nesse contexto histórico não haver ainda gramáticas de língua portuguesa, nem mesmo textos gramaticais vernaculares, voltados ao ensino. As gramáticas latinas já apresentavam certo bilinguismo, desde a Idade Média, com a tradução de expressões, de alguns exemplos, a fim de tornar os textos mais compreensíveis. Porém, o pensamento linguístico do Renascimento será marcado pela tradução integral da metalinguagem para a língua vernácula, o que Nebrija propõe, e se converte em uma revolução do pensamento linguístico, quando a escrita pode se desenvolver sem ser uma prática gramatical vinculada à língua latina.

A gramática de Pastrana era um método de memorização de formas da língua latina em sua grande parte, em que o estudante deveria memorizar o que era regular e o que era irregular, não havia uma teoria gramatical propriamente dita, apenas uma sequência de regularidades ou de regras gramaticais que deveriam ser observadas, sendo em alguns casos a memorização voltada apenas às terminações dos vocábulos, que eram listados. É um texto denso em seu conteúdo metalinguístico e pouco didático, o que justificava as críticas de Estevão Cavaleiro e justificava também o emprego da obra de uma nova gramática feita nos moldes das obras como a de Nebrija, por exemplo.

5. *Considerações finais*

A recepção da gramática de Antonio de Nebrija em Portugal revela um processo complexo de circulação de saberes e de disputas intelectuais que ultrapassam a simples adoção de um manual didático. A proximidade geográfica com Castela, as relações políticas e culturais estabelecidas entre os dois reinos e a formação de muitos letrados portugueses em centros universitários castelhanos, como Salamanca, criaram um terreno fértil para a difusão das ideias humanistas defendidas por Nebrija. Essa difusão, porém, não se deu de maneira homogênea nem isenta de tensões: ao contrário, produziu debates acirrados que evidenciam a transição de um modelo medieval, centrado na escolástica, para um paradigma renascentista que valorizava a razão, a clareza e a aproximação das línguas vernáculas.

O episódio da querela entre “arte velha” e “arte nova”, protagonizado por Estevão Cavaleiro e Pedro Rombo no início do século XVI, é emblemático desse processo. A disputa, travada no âmbito da Universidade de Lisboa antes de sua transferência para Coimbra, não era apenas uma divergência pedagógica, mas representava um embate de concepções linguísticas. A “arte velha”, associada a João de Pastrana e a uma prática de ensino pautada pela memorização e pela repetição, refletia a tradição gramatical medieval, em que a língua latina permanecia o único objeto legítimo de estudo. A “arte nova”, por sua vez, inspirada em Nebrija, trazia o frescor das ideias humanistas: propunha um ensino mais analítico, com maior atenção à lógica interna da língua e, sobretudo, abria caminho para a valorização das línguas vernáculas como veículos de cultura.

Nesse contexto, a obra de Nebrija não foi recebida apenas como um manual de gramática latina, mas como um símbolo de renovação intelectual. Ao defender que “a língua é companheira do império”, Nebrija fornecia aos humanistas portugueses um argumento poderoso para pensar a expansão ultramarina e o papel da linguagem na consolidação do poder. A colonização do Brasil, iniciada a partir do Tratado de Tordesilhas, reforçou es-

se paralelismo: assim como a Espanha utilizava a língua castelhana para integrar suas possessões, Portugal começava a refletir sobre a necessidade de instrumentos que dessem conta da diversidade linguística encontrada no Novo Mundo, mesmo que a língua portuguesa ainda não dispusesse de uma gramática própria.

O “*Prologus*” de Estevão Cavaleiro, na *Noua grammatices marie matris dei virginis ars* (1516), demonstra bem a intensidade dessas discussões. Sua crítica mordaz aos seguidores de Pastrana e sua defesa dos humanistas lusos, como Diogo Pacheco e Cataldo, revelam uma clara opção pelo novo modelo. Ao mesmo tempo, o texto evidencia que a recepção de Nebrija não se limitou à mera utilização de seu manual, mas envolveu uma rede de leitores, professores e estudantes que se reconheciam em um projeto cultural mais amplo, de atualização dos métodos e de abertura para o espírito renascentista.

A querela entre Cavaleiro e Rombo, portanto, pode ser lida como um marco da segunda revolução da gramatização no Ocidente. A passagem de um ensino puramente memorístico para um ensino analítico, preocupado com a lógica interna da língua e com a tradução de conceitos gramaticais para a língua vulgar, prenuncia a mudança que, nas décadas seguintes, permitiria o surgimento de gramáticas em português. Ainda que Portugal não tenha produzido de imediato uma obra comparável à *Gramática Castellana* (1492), de Nebrija, o debate travado em Lisboa preparou o terreno para que, mais tarde, autores como Fernão de Oliveira e João de Barros elaborassem as primeiras descrições do português.

Dessa forma, a recepção da gramática de Nebrija em Portugal não deve ser entendida apenas como um fenômeno de importação cultural, mas como um momento de redefinição das práticas de ensino e de reflexão sobre a língua. Foi nesse diálogo – por vezes conflituoso, sempre fecundo – que se forjaram as bases de uma tradição gramatical portuguesa consciente de sua inserção na Europa renascentista e atenta às demandas de um império em expansão. Ao iluminar a passagem da “arte velha” para a “arte nova”, a experiência portuguesa confirma que a gramática é, antes de tudo, um espaço de poder, em que se negociam identidades, métodos e visões de mundo, e que a obra de Nebrija, longe de ser apenas um compêndio de regras, funcionou como catalisador de uma mudança duradoura no pensamento linguístico luso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, José de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: EdUnicamp, 1992.
- BAGNO, Marcos. *Uma história da linguística*. São Paulo: Parábola, 2023.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- CAVALIERE, Ricardo. *História da gramática no Brasil – séculos XVI ao XIX*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- KALTNER, Leonardo Ferreira. Latin in colonization of sixteenth century Brazil. *Cadernos de Letras da Uff*, n. 26 (53), p. 39-60, 2016.
- _____. Monumenta Anchietana à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso-SJ (1906–2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, ano 1, n. 1, p. 01-15, 2020.
- SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, R. *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80
- TANNUS, Carlos A. K. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. *Calíope, Presença Clássica*, 16, p.13-31, Rio de Janeiro, 2007.
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.